

THAÍS MAYUMI NAGURA

O DIREITO À IDENTIDADE LGBTQIA+ :
o binômio protagonista e antagonista presentes na moral e na
normatividade a partir de *Azul é a cor mais quente* de Julie Maroh

São Paulo - SP

2020

THAÍS MAYUMI NAGURA

**O DIREITO À IDENTIDADE LGBTQIA+ :
o binômio protagonista e antagonista presentes na moral e na
normatividade a partir de *Azul é a cor mais quente* de Julie Maroh**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
como requisito parcial para obtenção do título
de Bacharel em 2020, pelo Curso de Direito da
FGV Direito SP.

Orientador: Profº Doutor José Garcez Ghirardi

São Paulo - SP

2020

THAÍS MAYUMI NAGURA

**O DIREITO À IDENTIDADE LGBTQIA+ :
o binômio protagonista e antagonista presentes na moral e na
normatividade a partir de *Azul é a cor mais quente* de Julie Maroh**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
como requisito parcial para obtenção do título
de Bacharel em 2020, pelo Curso de Direito da
FGV Direito SP.

Orientador: Prof^o Doutor José Garcez Ghirardi

Aprovado em: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Professor Doutor José Garcez Ghirardi, FGV Direito SP

Professor Doutor Thiago de Souza Amparo, FGV Direito SP e FGV RI SP

Dedico este trabalho aos meus pais, Lina Hokazono Nagura e Takuji Nagura, por toda compreensão e apoio durante minha vida inteira; aos meus irmãos, Douglas Kooji Nagura e Lucyla Tiemi Nagura, por todo carinho e amor; e por fim, à minha companheira, Larissa Aparecida Martins da Silva, por estar sempre presente e ser esse ponto de paz na minha vida. Amo vocês.

AGRADECIMENTOS

Agradeço meu orientador, José Garcez Ghirardi, por ter dedicado seu tempo a me conduzir para o melhor desfecho e produção que tenho a alegria de apresentar esse ano - muito obrigada por ser um professor tão incrível, por toda compreensão, apoio e mentoria durante esses anos de convívio na faculdade.

Agradeço ainda meus pais, Lina Hokazono Nagura e Takuji Nagura, por sempre acreditarem em mim e nos meus sonhos.

Agradeço também meus irmãos, Douglas Kooji Nagura e Lucyla Tiemi Nagura, por estarem ao meu lado nos tempos mais difíceis e me aceitarem como sou.

Agradeço, por fim, à minha companheira, Larissa Aparecida Martins da Silva, por dividir sua jornada de vida comigo.

Obrigada por terem me apoiado até aqui.

RESUMO

O presente trabalho analisa a história em quadrinhos *Azul é a cor mais quente* e a decisão do STF sobre a censura ao beijo gay da Bienal do Rio de Janeiro de 2019 buscando entender a dinâmica do binômio protagonistas e antagonistas (respectivamente, quem são os atores que lutam pelo direito à vivência plena LGBTQIA+ e quem são os que impedem a realização desses direitos) presentes tanto no quadrinho quanto no julgado. A finalidade deste trabalho é compreender a relação entre percepção social e normatização jurídica da vivência plena da sexualidade, que envolve os direitos à liberdade de identidade e autodeterminação da sexualidade, cuja completude depende de aceitação social e jurídica, ambas em constante conflito. As principais referências teóricas presentes são François Ost (2007) para relação de obras literárias e o direito; e Charles Taylor (1994 e 2004) para o desenvolvimento da identidade como direito e a importância do reconhecimento nesse processo.

Palavras-chave: Direitos fundamentais, liberdade de identidade; direito a autodeterminação sexual; *Azul é a cor mais quente*; Suspensão de Liminar nº 1.248.

ABSTRACT

This work analyses the comic book *Blue is the warmest color* and the Federal Supreme Court's decision regarding the censorship of a gay kiss displayed on a comic book being sold during Rio de Janeiro's book Bienal on 2019, seeking to understand the dynamics between protagonism and antagonism (respectively, players who struggle for LGBTQIA+ community's right to fully live and players who hinder this right's fulfillment), dynamics existing on the comics as well as on the decision. The purpose aimed in this work is to understand the connection between social perception and legal rulings about sexuality's full living, which is related to the rights of identity freedom and sexual self-determination. Both rights depend on social and legal acknowledgment to be accomplished, and these affirmations happen to be in a constant conflict. The main theoretical guidelines are François Ost (2007) for the relationship between literary works and law; and Charles Taylor (1994 and 2004) for the identity development and the value of recognition into this process.

Keywords: Fundamental rights; identity freedom; sexual self-determination; Blue is the warmest color; Injunction Suspension nº 1.248.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Início esverdeado, após Emma perder Clémentine	19
Figura 2: Primeiro encontro de Emma e Clémentine	20
Figura 3: Transição da vida de Clémentine, após ser expulsa de sua casa	21
Figura 4: Quando o mundo de Clémentine se colore com Emma	22
Figura 5: Momento em que Clémentine é confrontada e precisa assumir seus sentimentos ..	23
Figura 6: Cena do beijo gay presente na história em quadrinhos "Vingadores, A Cruzada das Crianças"	29

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	9
2. I. MATRIZ TEÓRICA	12
3. II. AZUL É A COR MAIS QUENTE - Análise da história em quadrinhos	18
4. III. MEDIDA CAUTELAR NA SUSPENSÃO DE LIMINAR Nº 1.248 DO RJ	28
5. CONCLUSÃO	35
6. REFERÊNCIAS	37

INTRODUÇÃO

Dentro da perspectiva dos estudos em Artes e Direito, conforme propostos por Ost (2007), o presente trabalho busca analisar aspectos sociais e jurídicos dos embates contemporâneos em torno das questões identitárias. Para esse fim, cotejam-se as estruturas argumentativas de (1) *Azul é a cor mais quente*, uma história em quadrinhos, e (2) a decisão do STF no caso, da Medida Cautelar na Suspensão de Liminar nº 1.248, sobre a censura ao beijo gay da Bienal do RJ de 2019. A análise se dará a partir do exame das relações entre protagonista e antagonista, na luta pela liberdade de identidade. Esta análise visa determinar o binômio protagonista (aquele que luta pela realização da liberdade de identidade) e antagonista (aquele que impede o protagonista de exercer seu direito) dentro de cada um dos textos analisados, tendo como perspectiva teórica a análise de aspectos sociais e morais da luta pela vivência plena LGBTQIA+ e a de aspectos do tratamento jurídico a pessoas que pertencem a essa comunidade. O objetivo desse trabalho é compreender a inter-relação entre percepção social e normatização jurídica face às demandas por vivência plena da sexualidade, que demanda aceitação jurídica e social, dois aspectos constantemente em conflito, dentro do binômio literário de antagonistas-protagonistas.

Azul é a cor mais quente, história de Julie Maroh, publicada em 2013, trata da narrativa da protagonista, Clémentine, e a descoberta de sua orientação sexual junto de Emma. A história contada vai de 1994, Clémentine aos 15 anos, até 2008, aproximadamente, quando a menina falece devido ao abuso de um determinado remédio. Essa obra é carregada de simbolismo e representatividade e possui aspectos interessantes a serem estudados, que concernem ao imaginário jurídico. Nesta análise, Clémentine será estudada tanto como protagonista quanto como antagonista, visto que a personagem possui diversos momentos na história nos quais não consegue aceitar a si mesma por amar outra mulher. Outro antagonista presente é sua família.

Quanto à metodologia do estudo da história em quadrinhos, vale ainda confrontar essa obra como fonte para uma produção sobre a área do Direito. Conforme defendido por Andréa Reginato, "consideramos como documentos não apenas os registros escritos, manuscritos ou impressos em papel, mas toda a produção cultural consubstanciada em alguma forma material" (REGINATO, 2017, p. 194) - dessa forma, essa história em quadrinhos pode ser avaliada e considerada como documento histórico, capaz de lançar luz sobre as molduras ideológicas subjacentes ao funcionamento do direito e das instituições jurídicas. Ademais, esse tipo de texto ficcional permite abordar por novos ângulos e, assim, aprofundar o debate sobre as questões de direitos LGBTQIA+. É por essa razão que se optou por utilizar a história em quadrinhos para

avancar na compreensão do binômio protagonista e antagonista presente no enredo da obra, representativa por ser a história de duas mulheres apaixonadas, apresentando o preconceito que sofrem e como esse relacionamento muda a vida de Clémentine, personagem principal. Além disso, quanto à leitura e interpretação da história em quadrinhos, importa salientar primeiramente a *leitura responsável*¹ exigida para enfrentar a obra. Segundo G. Steiner, seria “uma leitura que responde ao autor e que responde ao texto” (STEINER apud OST, 2007, p. 38), que possui dois aspectos: *answerability*, a capacidade do leitor de corresponder ao papel que o autor propõe, e *responsibility*, responsabilidade moral e boa-fé que o leitor desenvolve durante sua segunda vida no personagem proposto pela obra. A partir dessa experiência desempenhada dentro da proposta da autora da história, é possível adquirir o que Ricoeur nomeia de *catharsis*², um ensinamento carregado pelo leitor responsável ao enfrentar as experiências e dilemas a partir do papel desempenhado nessa segunda vida.

Já quanto à decisão do Supremo Tribunal Federal, ela tem por objeto uma polêmica de 2019 gerada pela Bienal do Livro do Rio de Janeiro, que comercializou, dentre diversas outras obras, uma história em quadrinhos infanto-juvenil com uma cena que apresentava um beijo entre dois personagens homens. O Prefeito e o Secretário Municipal de Ordem Pública do RJ à época solicitaram mandado de busca e apreensão, com uma liminar deferindo o pedido por parte do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, com justificativas que feriam diretamente princípios constitucionais como igualdade e legalidade. A procuradora-geral da República solicitou suspensão dessa liminar, que foi deferida pelo Ministro Presidente Dias Toffoli. A decisão final do Ministro Dias Toffoli, narrando o processo e deferindo em favor da PGR, foi escolhida para este estudo, sendo neste caso protagonista o STF e antagonista o TJRJ.

Primeiramente, há que se explicar como as obras serão analisadas, por meio de que matrizes teóricas o objeto de pesquisa será estudado - ou seja, (I) as lentes analíticas pelas quais estudarei determinadas cenas da história em quadrinhos e da decisão do STF, bem como a liberdade de identidade como valor específico e direito. Em seguida, há a (II) exposição dos momentos que mais interessam à essa análise da história de Julie Maroh, bem como o estudo desses trechos a partir da normatividade social explorada por meio das lentes analíticas. Após estudar os aspectos da relação de protagonista-antagonista da história em quadrinhos, será feita a (III) respectiva análise da decisão do STF com base na normatividade jurídica. Por fim, há a Conclusão deste trabalho.

¹G. Steiner, *Réelles présences. Les arts du sens*, trad. por H. de Pauw, Paris, Gallimard, 1995, p. 27 e p. 117.

²P. Ricoeur, *Temps et récit*, t. I, Paris, Seuil (Essais), 1983, p. 319 s.

Portanto, o tópico a ser estudado neste trabalho é a história em quadrinhos *Azul é a cor mais quente* e a suspensão de liminar do STF citada acima, com o viés interpretativo das matrizes teóricas como base para investigar o binômio antagonistas/protagonistas e a tensão entre direito moral e direito jurídico. Apresentados o objeto da pesquisa e a pergunta, conforme metodologia de análise de Wayne Booth³, há por fim o fundamento lógico, ou seja, o que se busca entender com a presente obra. O direito à liberdade de identidade da comunidade LGBTQIA+ dependem tanto da percepção moral quanto da normatização jurídica, no entanto, a aceitação por parte de ambos se faz necessária para vivência plena dessa minoria. Dessa forma, busca-se entender e explorar a ambivalência da palavra direito na vivência dessas pessoas e como positivar as normas e fomentar aceitação do direito de viver essa forma de ser são ambos essenciais para atingir a vivência plena LGBTQIA+.

Os métodos analíticos citados e utilizados para o desenvolvimento do presente trabalho serão descritos logo abaixo.

³BOOTH, Wayne et alli. A arte da pesquisa. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

I. MATRIZ TEÓRICA - lentes analíticas e liberdade de identidade

Quanto às lentes analíticas, elas são (a) direito subjetivo, (b) imaginário social e (c) políticas de reconhecimento. Sobre a primeira lente, (a) **direito subjetivo** de François Ost, ela é explicada no texto *Contar a lei*. Em seu capítulo IV, intitulado “No começo era meu direito”, é apresentado o direito subjetivo (direito individual) e objetivo (lei). Essa lente jurídica apresenta a possibilidade de enxergar a trajetória individual de personagens literários como reivindicação do direito subjetivo - algo pelo qual lutam, que o direito objetivo somente não lhes garante e pior, extingue suas possibilidades. Inseridos numa perspectiva na qual a lei os aprisiona em hierarquias naturais e lhes nega seu individualismo, autonomia e protagonismo, as figuras presentes na obra buscam nada além da garantia de seus direitos. Conforme esclarece Ost, nessa visão, “a lei é instituída com o objetivo exclusivo de garantir esses direitos” (OST, 2007, p. 233). Nessa ótica, a contribuição literária se mostra por meio do *individualismo conquistador*, “personagens novos que, armados apenas de sua vontade e sua feroz reivindicação de liberdade, arrancam bocados de direito que a ordem estabelecida lhes recusava” (OST, 2007, p. 234).

Cabe ainda utilizar simultaneamente com a lente de Ost a distinção apresentada por Ricoeur de identidade *idem* e *ipse*⁴, sendo a primeira a resposta à pergunta “o que eu sou”, geralmente apresentada por traços fixos de personagens, e a segunda “quem eu sou”, que se manifesta por meio de variações na personagem por experiências e passagem do tempo. Ost apresenta a ideia de Ricoeur ao comparar a diferença entre papel jurídico normatizado e a trajetória vivida por personagens literários (OST, 2007, p. 18).

Quanto à segunda lente, (b) **imaginário social** de Charles Taylor, é a ideia desenvolvida pelo autor para representar a forma como as pessoas imaginam suas existências sociais, que inclui suas relações com outras pessoas, bem como a expectativa que permeia a vida, por parte dos demais pertencentes à sociedade assim como por si mesmo (TAYLOR, 2004, p.23). É o entendimento comum (factual ou normativo) que possibilita certas práticas comuns em determinadas sociedades e aumenta a noção de legitimidade naquele determinado grupo social.

Nosso imaginário social em qualquer momento histórico é complexo. Ele incorpora um senso de expectativas normais que temos uns pelos outros, o tipo de entendimento comum que nos permite executar práticas coletivas que compõem nossa vida social. Isso incorpora algum senso de como todos nos encaixamos na execução dessas práticas comuns. Esse entendimento é tanto factual quanto normativo; isto é, nós temos um senso de como as coisas normalmente acontecem, mas isso está entrelaçado

⁴P. Ricoeur. *Soi-même comme un autre*, Paris, Seuil, 1990, p. 167 s.

à ideia de como as coisas devem acontecer, de quais tipos de erros invalidariam a prática.

(TAYLOR, 2004, p. 24, tradução nossa)⁵

A definição do acadêmico vai além: ela busca abranger não somente a experiência imediata que fundamenta nossas práticas comuns, que ele chama de *immediate background understanding* (TAYLOR, 2004, p. 25), mas também um campo fundamental que não possui limites, uma compreensão mais ampla de como as pessoas chegaram ao que são, motivos pelos quais se relacionam da forma que o fazem, chamado de *wider grasp* (TAYLOR, 2004, p. 25). A relação desse conceito que mais importa neste estudo é entre as práticas comuns e o *background understanding*, que será a partir desse ponto traduzido como **compreensão antecedente**.

A relação entre os dois conceitos é de formação simultânea - assim como a compreensão antecedente pode surgir antes e influenciar o nascimento de uma prática social, o contrário também acontece. Essa relação gera um repertório de atitudes que um grupo pode tomar dentro de um determinado grupo e discriminações importantes para manter grupos e suas práticas (como formas de se dirigir a determinados membros, com quem se pode conversar e de que formas). Esse conjunto gera um **mapa social implícito**, que determina com quais membros certas pessoas podem se relacionar e de que forma.

Essa implícita compreensão do espaço social é como uma descrição teórica do espaço, distinguindo tipos distintos de pessoas e as normas que as conectam.

(TAYLOR, 2004, p. 26, tradução nossa)⁶

Outro conceito relevante dessa mesma lente é a **percepção do ordenamento moral** (TAYLOR, 2004, p. 28); ela faz parte da compreensão antecedente, e se define pela noção das normas que regem as relações sociais de determinado grupo, fundamento de suas práticas comuns, bem como seu contexto de ação, que torna essas normas possíveis. Essa percepção não é voltada somente ao status quo, e é este aspecto que torna o conceito relevante neste estudo:

⁵Excerto original: “Our social imaginary at any given time is complex. It incorporates a sense of the normal expectations we have of each other, the kind of common understanding that enables us to carry out the collective practices that make up our social life. This incorporates some sense of how we all fit together in carrying out the common practice. Such understanding is both factual and normative; that is, we have a sense of how things usually go, but this is interwoven with an idea of how they ought to go, of what missteps would invalidate the practice.” (TAYLOR, 2004, p. 24).

⁶Excerto original: This implicit grasp of social space is like a theoretical description of this space, distinguishing different kinds of people and the norms connected to them.” (TAYLOR, 2004, p. 26).

“a teoria moderna de ordenamento moral gradativamente se infiltra e transforma o imaginário social”⁷ (TAYLOR, 2004, p. 28, tradução nossa). Em outras palavras, dada uma nova teoria de ordenamento moral, membros da comunidade podem aderir a novas práticas, que são possíveis por conta de um novo entendimento, até que essas práticas sejam as tradicionais.

Há ainda a terceira lente, as (c) **políticas de reconhecimento**, ideia do mesmo autor da lente (b), Charles Taylor. O reconhecimento pode ser buscado em forma de necessidade e demanda - a primeira busca é identificada como fundamento de movimentos políticos nacionalistas, já a segunda se dá por diversas manifestações políticas por grupos minoritários que lutam por políticas do multiculturalismo (TAYLOR, 1994, p. 25). A demanda por reconhecimento está relacionada ao elo que há entre identidade (entendimento pessoal sobre quem se é, suas características fundamentais como ser humano) e reconhecimento:

A tese é de que nossa identidade é parcialmente modelada pelo reconhecimento ou sua ausência, frequentemente pelo falso reconhecimento de outros e assim a pessoa ou grupo de pessoas pode sofrer dano real, distorção, se as pessoas ou sociedade à sua volta refletirem para eles uma imagem que os confine, diminua ou despreze. O não reconhecimento ou falso reconhecimento pode infligir prejuízo e ser uma forma de opressão, aprisionando a pessoa numa falsa, distorcida e reduzida forma de existência. (TAYLOR, 1994, p. 25, tradução nossa)⁸

Taylor ainda defende nesta lente que certos grupos sociais se reconhecem sob imagens degradantes e por meio de práticas e entendimentos o coletivo os faz acreditar e infligir sobre si mesmos a auto depreciação e consequentemente lidam com a dor da baixa auto-estima. Segundo o autor, o maior instrumento de opressão desses grupos se torna sua auto depreciação. Dessa forma, o maior desafio desses grupos é se despir dessa identidade imposta e destrutiva.

(...) o falso reconhecimento mostra não somente a falta de devido respeito. Ele pode infligir uma ferida grave, selando suas vítimas a um ódio paralisante de si mesmas. Devido reconhecimento não é somente uma cortesia que devemos às pessoas. É uma necessidade humana vital.

(TAYLOR, 1994, p. 26, tradução nossa)⁹

⁷Excerto original: “*The modern theory of moral order gradually infiltrates and transforms our social imaginary*” (TAYLOR, 2004, p. 28).

⁸Excerto original: “*The thesis is that our identity is partly shaped by recognition or its absence, often by the misrecognition of others and so a person or group of people can suffer real damage, real distortion, if the people or society around them mirror back to them a confining or demeaning or contemptible picture of themselves. Nonrecognition or misrecognition can inflict harm, can be a form of oppression, imprisoning someone in a false, distorted, and reduced mode of being.*” (TAYLOR, 1994, p. 25).

⁹Excerto original: “*(...) misrecognition shows not just a lack of due respect. It can inflict a grievous wound, saddling its victims with a crippling self-hatred. Due recognition is not just a courtesy we owe people. It is a vital human need.*” (TAYLOR, 1994, p. 26).

Outro conceito importante introduzido por Charles Taylor é o de originalidade, a capacidade de “ouvir a voz interior”(TAYLOR, 1994, p. 30), definir sua identidade e individualidade a partir de si mesmo. É o contato consigo mesmo e sua natureza interior, aspecto da composição do indivíduo que pode se perder pela pressão social de conformidade. O autor defende que não só o sujeito não deve se deixar moldar pela sociedade como ele é incapaz de viver “fora de si mesmo” e deve procurar sua individualidade e identidade a partir de si (TAYLOR, 1994, p. 30).

Ser verdadeiro comigo mesmo significa ser verdadeiro com minha própria originalidade, que é um aspecto que só eu posso articular e descobrir. Articulando isso, estou também definindo a mim mesmo (...) Isso é a compreensão antecedente do ideal moderno de autenticidade, e os objetivos de autorrealização e auto compreensão nos quais o ideal geralmente se apoia

(TAYLOR, 1994, p. 26, tradução nossa)¹⁰

Além disso, essa composição do indivíduo se faz de forma **dialogada**; a linguagem é fator essencial no desenvolvimento do sujeito, visto que para entender a si mesmo, a linguagem é necessária para expressão. Dessa forma, essa capacidade de se fazer entender é viável por meio de palavras, porém há também outras formas, como a arte e o amor - e para que se concretize, outro sujeito precisa participar da construção da linguagem. Ou seja, o caráter dialogado da composição do indivíduo pode ser concretizado somente com a troca do sujeito com outros, focando principalmente na relação do indivíduo com entes importantes, que George Herbert Mead chamou de “significant others”¹¹.

Definimos nossa identidade sempre em diálogo com, algumas vezes lutando contra, aspectos que nossos entes queridos querem ver em nós. (...) a contribuição de entes queridos, mesmo quando é provida no início de nossas vidas, continua indefinidamente. (...) É verdade que nunca podemos nos libertar completamente das pessoas cujo amor e carinho nos modelou no início da vida, mas devemos lutar para definir a nós mesmos por contra própria na medida do possível, tentando entender da melhor forma possível e ter certo controle sobre a influência de nossos pais sobre nós, e evitar nos envolver em quaisquer outras relações de dependência. Nós precisamos de relacionamentos para satisfazer, não para definir, a nós mesmos.

(TAYLOR, 1994, p. 26, tradução nossa)¹²

¹⁰Excerto original: “*Being true to myself means being true to my own originality, which is something only I can articulate and discover. In articulating it, I am also defining myself. (...) This is the background understanding to the modern ideal of authenticity, and to the goals of self-fulfillment and self-realization in which the ideal is usually couched.*” (TAYLOR, 1994, p. 26)

¹¹MEAD, George Herbert. *Mind, Self and Society*, Chicago: University of Chicago Press, 1934.

¹²Excerto original: “*We define our identity always in dialogue with, sometimes in struggle against, the things our significant others want to see in us. (...) the contribution of significant others, even when it is provided at the beginning of our lives, continues indefinitely. (...) It is true that we can never liberate ourselves completely from those whose love and care shaped us early in life, but we should strive to define ourselves on our own to the fullest extent possible, coming as best we can to understand and thus get some control over the influence of our parents,*

Dessa forma, a composição da identidade do sujeito é parcialmente definida por si mesmo, sua própria visão de sua individualidade, e parte construída a partir do diálogo que o sujeito estabelece com a sociedade, principalmente com seus entes queridos. Assim, a novidade trazida por essa lente de reconhecimento elaborada por Charles Taylor é principalmente a interpretação desse fator: a era moderna estuda as situações nas quais o reconhecimento se faz ausente e o que sua necessidade representa de fato na vida do indivíduo.

Ainda sobre a terceira lente (c), o reconhecimento se dá em dois planos essenciais: (1) íntimo, que se refere às formações identitárias originadas na relação do indivíduo com seus entes queridos, sendo essa interação essencial para a autodescoberta e auto afirmação, e (2) social, que trata de políticas de igualdade e reconhecimento. Quanto à segunda esfera do reconhecimento, há duas vertentes teóricas sobre como tratar o reconhecimento social: (2.a) a política de igual dignidade, na qual todos devem ser tratados igual, e (2.b) política da diferença, na qual todos devem ser tratados de acordo com suas diferenças (TAYLOR, 1994, p. 37).

As duas políticas acima despertam um debate interessante para este estudo do significado de não-discriminação - (2.a) a primeira vertente acredita que o tratamento igualitário resolveria a discriminação, que direitos devem ser iguais entre sujeitos e que quaisquer distinções são injustificáveis, enquanto a (2.b) segunda acredita que tratar sujeitos diferentes sob essa pretensão seria invisibilizar certas vulnerabilidades de determinados grupos, portanto, certos programas de redistribuição seriam aceitáveis se fundamentados na individualidade identitária de certos grupos. A principal crítica entre essas duas visões seria a de que a igualdade reconhecida pela primeira possui como molde de homogeneidade uma cultura hegemônica, o que força grupos identitários distintos e minorias a se esculpirem de acordo com esse “molde neutro”, suprimindo assim suas identidades. Dessa forma, a política de igual dignidade não só seria discriminatória ao ignorar essas diferenças como é violenta pois força os sujeitos a se flagelarem em busca de um “ideal neutro” (TAYLOR, 1994, p. 43), sendo acusada assim de ser “homogeneizadora”.

Estão apresentadas portanto as lentes analíticas que fundamentaram o trabalho a seguir. Haverá ainda discussão sobre direito à vivência plena LGBTQIA+, que envolve liberdade de identidade - ou expressão - de gênero, bem como direito a autodeterminação da sexualidade. Essas matérias foram foco da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) nº 4.275 de 2018, cujo julgamento feito pelo Supremo Tribunal Federal tratou da possível alteração de nome e

and avoid falling into any more such dependent relationships. We need relationships to fulfill, but not to define, ourselves.” (TAYLOR, 1994, p. 26).

gênero no registro civil, a despeito de cirurgia de redesignação sexual ou mesmo de autorização judicial¹³. Argumentou-se, nessa decisão, que a liberdade de identidade é um direito da personalidade reconhecido por lei em diversos países, como no *Gender Recognition Act* (2004) da Grã-Bretanha, Lei nº 3 (2007) da Espanha, Lei nº 7 (2011) em Portugal¹⁴; e que é reconhecido no Brasil por essa decisão do STF. Além disso, conforme voto de Edson Fachin na ADI supracitada, “o Estado deve assegurar que os indivíduos de todas as orientações sexuais e identidades de gênero possam viver com a mesma dignidade e o mesmo respeito que têm todas as pessoas”¹⁵.

Dessa forma, o direito à liberdade de identidade deve ser garantido à toda comunidade LGBTQIA+, por determinação do Supremo Tribunal Federal. No entanto, a normatividade jurídica sozinha não garante a vivência plena do indivíduo, que se apoia na aceitação tanto jurídica quanto social de sua sexualidade.

¹³STF reconhece a transgêneros possibilidade de alteração de registro civil sem mudança de sexo. Disponível em <<http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=371085>>. Acesso em 05 de novembro de 2020. Publicado em 01 de março de 2018.

¹⁴STF. Ação Direta de Inconstitucionalidade: ADI 4275. Relator Marco Aurélio. Julgamento 01/03/2018. Portal STF. Disponível em: <<http://portal.stf.jus.br/processos/downloadPeca.asp?id=15339649246&ext=.pdf>>. Acesso em 28 de agosto de 2020.

¹⁵STF. Ação Direta de Inconstitucionalidade: ADI 4275. Relator Marco Aurélio. Julgamento 01/03/2018. Portal STF. Disponível em: <<http://portal.stf.jus.br/processos/downloadPeca.asp?id=15339649246&ext=.pdf>>. Acesso em 28 de agosto de 2020.

II. AZUL É A COR MAIS QUENTE - análise da história em quadrinhos

Nesta seção do trabalho, a história em quadrinhos será apresentada e analisada. Primeiramente, importa explicar o enredo da narrativa: se passa na França dos anos 1990, durante a puberdade de Clémentine - por meio de um diário, o leitor acompanha a menina dos 15 anos até sua morte, aproximadamente aos 29. A adolescência da garota muda no momento em que conhece Emma, uma universitária pela qual se apaixona e inicia um romance. Sua vida sofre uma radical ruptura - a jovem começa a se auto descobrir, por meio de sua prática sexual¹⁶, e construir sua identidade, enquanto é rechaçada por colegas de sua escola por ser “sapatão”¹⁷ e é expulsa de seu lar por amar Emma e não ser aceita por sua família.

Sua companheira, mais madura e segura de sua identidade, assume sua orientação sexual como bem social e político¹⁸ e busca explicar como foi seu processo de aceitação e descoberta para Clém¹⁹, ao mesmo tempo que lida com momentos de raiva da garota²⁰, que desconta sua frustração por estar se apaixonando por outra mulher em Emma. A jornada dessa protagonista é referência para analisar o aspecto de direito moral de si mesma, dado que em diversos momentos, Clémentine se encontra num impasse, pois mesmo que ame sua namorada, possui dentro de si a noção que lhe foi ensinada de que sujeitos não podem amar alguém do mesmo sexo biológico. Subjetivamente ela indica que concorda com seus colegas de escola e seus pais, de que sua prática sexual é um erro. Ao culpar Emma por ser foco de seu desejo e ter sido agredida por seus colegas de escola²¹, ao culpar a si mesma por ter esse sentimento dentro de si e desabafar com o amigo o quanto é errado²², ao admitir que “seu espírito raramente está em paz”²³ - Clémentine não somente é protagonista, como é simultaneamente sua própria antagonista.

Dentro dessa análise, cabe ainda destacar aspectos artísticos da obra que são tão expressivos quanto as palavras de cada personagem. A presença e ausência de cores é utilizada

¹⁶Dado que a personagem não assume uma orientação sexual, faz-se importante destacar a distinção entre prática sexual e orientação sexual: mesmo que Clémentine não assuma nenhuma orientação sexual, não muda o fato de que ela possui práticas sexuais com outra mulher, Emma. Conceitos discutidos em: GARCIA, O. R. Z. Prática sexual entre mulheres: identidade ou pluralidade sexual? Disponível em <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/cadernosdepesquisa/article/view/1181>>. Acesso em 05 de novembro de 2020. Publicado em 01 de janeiro de 2003.

¹⁷MAROH, 2013, p. 65.

¹⁸MAROH, 2013, p. 133.

¹⁹MAROH, 2013, p. 78.

²⁰MAROH, 2013, p. 69.

²¹MAROH, 2013, p. 65.

²²MAROH, 2013, p. 85.

²³MAROH, 2013, p. 134.

para definir momentos da narrativa e sua linearidade. Primeiramente, a história se inicia com Emma, desenhada com uma paleta de cores frias, assim como o cenário, numa ambientação de tom verde-azulado triste, melancólico e sem vida, sob narrativa de uma carta deixada por Clémentine. Trata-se de quando, logo após a morte da amada, sua companheira visita sua casa, janta com seus pais e vai ao quarto de Clém, agora vazio e escuro, para ler seus diários.

Início esverdeado da história, após Emma perder Clémentine



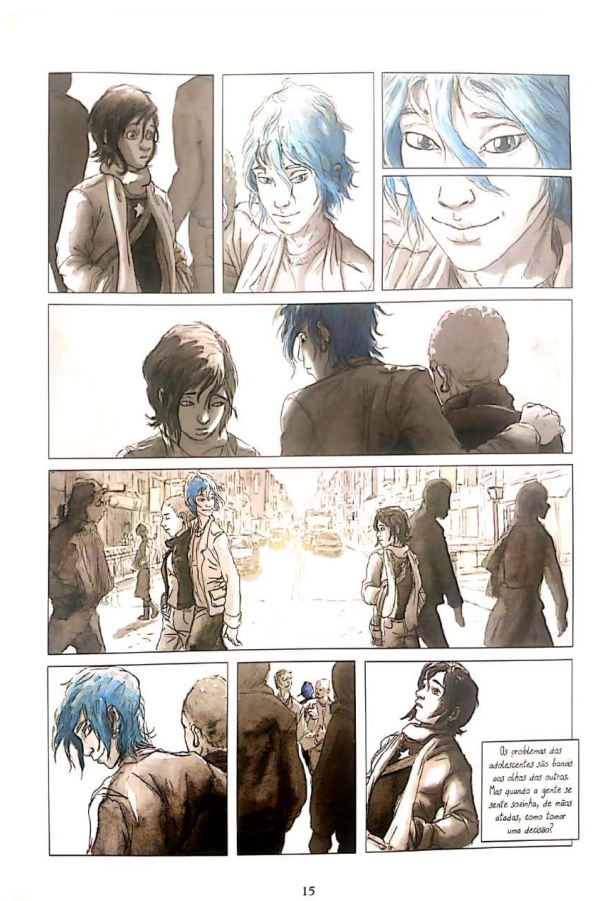
9

MAROH, Julie. Azul é a cor mais quente. São Paulo: Martins Fontes, 2013, p. 9.

Conforme a narrativa da história muda para a menina, aos seus 15 anos, contada pelos diários, tudo é cinza, preto e branco, exceto pequenos detalhes cintilando com a única cor permitida nos flashbacks da história contada pelo diário: azul. Esse azul, forte e com poucas variações em sua tonalidade, está presente em pequenos detalhes do cenário, e representa principalmente Emma, cujos olhos e cabelo brilham com a cor. A autora utiliza o azul, classificado como “cor fria” e que geralmente representa gelo e água, além de ser usada também para simbolizar o gênero masculino, para pintar Emma e as mudanças que a mulher traz para a vida de Clémentine. A protagonista diz que Emma “coloriu” suas lembranças da adolescência

de azul, de várias tonalidades, e tornou essa uma cor quente para ela²⁴, pois é a cor usada por Julie Maroh para simbolizar a paixão entre as duas. Portanto, o título anuncia uma contradição proposital: tanto a “temperatura” do azul quanto o que ele simboliza mudam nessa história.

Primeiro encontro de Emma e Clémentine



15

MAROH, Julie. Azul é a cor mais quente. São Paulo: Martins Fontes, 2013, p. 15.

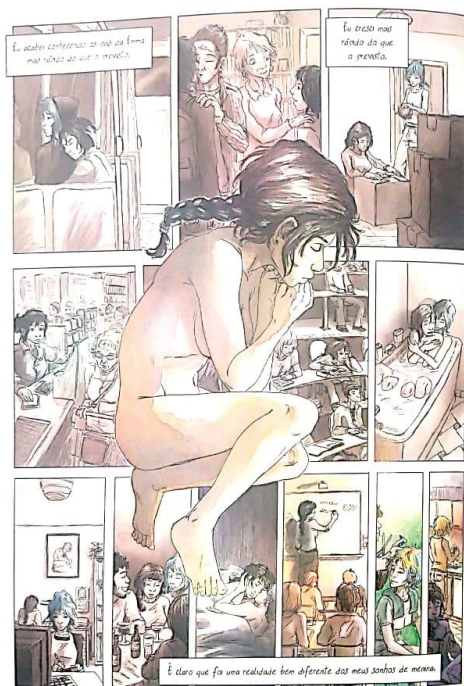
Em seguida, há um terceiro momento, ainda em flashback, quando, após ser expulsa de casa por ter seu romance descoberto pelos pais, a vida de Clém muda radicalmente e ela precisa crescer e amadurecer de uma forma totalmente diferente da qual sonhou. Ela, próxima aos 30 anos, apresenta em poucas páginas com cores quentes, como seu romance e sua parceira mudaram nesse meio tempo e começaram a discordar de pontos essenciais, como a forma de encarar direitos LGBTQIA+²⁵. Nesse momento, a protagonista confessa ter sido infiel e é expulsa por sua companheira, num tom esverdeado, pesado, escuro - com a seriedade e tristeza que carregava. Passagem com uma paleta de cores semelhantes às do hospital, quando a

²⁴MAROH, 2013, p. 9.

²⁵MAROH, 2013, p. 132-134.

protagonista descobre sua doença por abuso de remédios e seu curto tempo de vida²⁶. O último momento é uma passagem cheia de esperança, após apresentar a jornada do casal apaixonado, com o amor de ambas vivo no coração e existência de Emma, com cores pastéis e reconfortantes.

Transição da vida de Clémentine, após ser expulsa de sua casa



132



133

MAROH, Julie. Azul é a cor mais quente. São Paulo: Martins Fontes, 2013, p. 132, 133.

Seu uso também representa os sentimentos da personagem principal. Em momentos de felicidade e descoberta, como quando sua amiga Aude a beija, a cena na qual ela sorri, contente consigo mesma possui uma ambientação azul escura, discreta, porém presente²⁷; ou mesmo quando Clémentine conversa com Emma pela primeira vez ao telefone - depois da conversa, o quadro é preenchido por um azul gradual, simbolizando a entrada da amada na vida da jovem e sua vida pintada por sua presença²⁸.

²⁶MAROH, 2013, p. 148-155.

²⁷MAROH, 2013, p. 38.

²⁸MAROH, 2013, p. 62.

Quando o mundo de Clémentine se colore com Emma



MAROH, Julie. Azul é a cor mais quente. São Paulo: Martins Fontes, 2013, p. 62

A técnica de sombreamento da ilustradora também é usada para dar significado à ambientação de determinadas passagens. A primeira vez na qual as personagens principais se tornam íntimas e confessam seus sentimentos foi desenhada com um cenário bastante claro²⁹, com paz e completude, quando tudo fez sentido para a jovem protagonista; que contrasta com a discussão seguinte, uma cena escura no meio da noite, onde ela precisava admitir que amava uma mulher, e começou o seu dilema sobre saber o que queria - agora tinha conhecimento e certeza de seu amor por outra mulher, porém não tinha a segurança de assumir o que isso significava.

²⁹MAROH, 2013, p. 96-99.

Momento em que Clémentine é confrontada e precisa assumir seus sentimentos



103

MAROH, Julie. Azul é a cor mais quente. São Paulo: Martins Fontes, 2013, p. 103

Se faz essencial ainda explicar o binômio protagonista-antagonista e sua importância neste trabalho. Primeiramente, o valor que a protagonista busca adquirir é a **vivência plena de seu direito de liberdade de identidade**, cuja plenitude não é alcançada por conta dos antagonistas. No estudo da história de Julie Maroh, foi escolhida para análise Clémentine como protagonista e seus pais e ela mesma como antagonistas - enquanto a mulher busca aceitar a si mesma e construir sua própria identidade, em certas cenas, ela mesma e sua família se tornam seus obstáculos, como demonstrado a seguir, por meio da análise da obra a partir das lentes explicadas anteriormente.

Serão apresentadas 3 cenas nas quais o binômio protagonista-antagonista se apresentam com mais intensidade, bem como suas análises feitas com base nas lentes apresentadas na sessão anterior. Primeiramente, há o momento no qual Clém sente vergonha e culpa pelo desejo e amor que nutre por Emma, demonstrado por meio do medo de ser taxada com uma palavra específica

de cunho pejorativo (sapatão)³⁰, além de sua tentativa de desviar a raiva e frustração em Emma, culpando-a por seu processo de autoconhecimento. Há fortes indícios de que Clémentine sente culpa principalmente por concordar que ser LGBTQIA+ é errado e não conseguir se aceitar³¹, sensação que é exposta em vários trechos da história, com maior ou menor intensidade, destacando-se a fala da jovem para seu amigo Valentin a seguir:

Por que eu quero tudo isso dela? Por que imagino tudo isso? É terrível (...) Eu não tenho o **direito**, é terrível, ela é uma garota

(MAROH, 2013, p. 87, grifo nosso)

A partir dessa cena, é possível ver a contradição e dor presentes no processo de descoberta da personagem, bem como se mostra difícil para ela aceitar a si mesma. Clém utiliza o termo “direito” nessa fala não pensando no aspecto jurídico, mas sim na moral que lhe foi ensinada. Com base na lente de (a) direito subjetivo de Ost, o *individualismo conquistador*³² de Clémentine está presente no confronto que ela estabelece com seus próprios valores antes de conhecer Emma e no conflito interno que precisa lidar para constituir sua identidade, sendo simultaneamente sua própria protagonista (na medida em que persistiu com seu romance e não conseguiu deixar Emma) e antagonista (visto que negava seus sentimentos com frequência e não assumia o que sentia, fugindo constantemente de si mesma). Interessante destacar ainda que a trajetória de Clém em busca de sua identidade *ipse* se inicia com o relacionamento que possui com Emma.

Este mesmo momento da história, analisado pela lente do (b) imaginário social de Taylor, indica como a prática sexual heteronormativa é a mais aceita socialmente e como tanto a sociedade (representada pelos colegas de escola de Clém) quanto ela mesma esperavam que ela se relacionasse romanticamente com alguém do sexo e gênero opostos. A compreensão antecedente (tanto de origem religiosa³³ como a de pretensões naturalistas/reprodutivas³⁴) dessa prática e orientação sexual geram o mapa social implícito, que se mostra presente no momento em que as colegas de Clém começam a questionar suas práticas por ela conhecer Emma³⁵ (que carrega consigo um dado estereótipo pela forma como se veste e se porta, bem como a cor de seu cabelo, tão marcante e significativa para a história). Quanto à percepção do ordenamento

³⁰MAROH, 2013, p. 65-69.

³¹MAROH, 2013, p. 85-87.

³²OST, 2007, p. 233.

³³ENCARNACIÓN, 2016, p. 11.

³⁴ENCARNACIÓN, 2016, p. 11.

³⁵MAROH, 2013, p. 55-56 e 64-66.

moral, a “jornada do herói”³⁶ de Clémentine é seu autodescobrimento e aceitação; assim sendo, o ordenamento moral para a personagem é alterado de acordo com suas descobertas e desenvolvimento de identidade. Na fala transcrita acima, no início do romance, o ordenamento moral para Clém ainda não aceitava o amor entre duas mulheres. Há ainda outra personagem cujo ordenamento moral muda no decorrer da narrativa: sua mãe, que será melhor abordada na próxima cena.

Quanto às (c) políticas de reconhecimento, Clémentine luta para reconhecer a si mesma, bem como ser reconhecida e aceita por sua família, sendo portanto caso de demanda³⁷ por reconhecimento. Este excerto da história de Maroh apresenta fortemente como a auto depreciação causada pelo falso reconhecimento afeta a personagem e sua relação consigo e com Emma - a protagonista constantemente demonstra raiva, ódio por si, pelo sentimento que nutre e o que ele representa, bem como por Emma. Clém nega com veemência sua originalidade no decorrer da narrativa, e a composição de si mesma se torna um dano real para a menina, na medida em que não consegue se aceitar ou reconhecer, além de ter de lidar com preconceito na escola por parte de antigos colegas próximos. No momento em que Clém precisa enfrentar o que sente e desabafa com Valentin³⁸, que a ajuda a entender que ama Emma, desata em prantos, após muito tentar se moldar à uma orientação sexual incompatível com sua identidade. A composição dialogada de Taylor também é essencial para analisar o trecho acima, visto que seus colegas de escola são também entes queridos que fazem parte da construção de sua identidade e individualidade. Em seu plano íntimo, Clémentine não é aceita sequer por seus amigos, sendo Valentin uma exceção.

O segundo momento da história a ser analisado é quando Clémentine enfim dorme com Emma e logo em seguida tem sua orientação sexual posta em cheque por sua amada. A protagonista sabe que ama Emma, no entanto, não consegue admitir em palavras que é outra mulher que deseja. No momento em que diz “*Eu sei o que quero. Mas assumir é uma coisa totalmente diferente*”³⁹, Clém novamente se torna sua própria antagonista - ela quer viver seu amor com outra mulher, mas seus preconceitos, suas normas morais, a impedem de assumir esse fato. O (a) direito subjetivo está presente na medida em que a menina ainda encontra dentro de si mesma uma barreira para atingir uma vivência plena do seu direito à identidade - ela não consegue admitir sua prática sexual e tampouco a identidade e os estigmas que a sexualidade

³⁶WINKLER, M. O que faz um herói?. Publicado em 11 de dezembro de 2012. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=Hhk4N9A0oCA>>. Acesso em 11 de setembro de 2020.

³⁷TAYLOR, 1994, p. 25.

³⁸MAROH, 2013, p. 87.

³⁹MAROH, 2013, p. 103.

não-heteronormativa carregam. Dessa forma, o “direito objetivo” que a impede de ter seus direitos subjetivos atingidos é sua própria percepção moral, os preconceitos que lhe foram ensinados e que a impedem de assumir sua orientação e prática sexual como Emma. A protagonista está na transição do *idem* para *ipse*, visto que já admite que ama outra mulher, conforme ela mesma declara “(...) *eu amo a Emma. Eu nunca tive tanta certeza na minha vida*”⁴⁰.

Esses preconceitos supracitados são, na verdade, produto do (b) imaginário social, que anormalizou relações que não sejam heteronormativas e tornou práticas LGBTQIA+ erradas, condenáveis. Essa mudança *idem* para *ipse* que Clém está passando é a mudança na percepção do ordenamento moral, sendo relevante destacar que a protagonista agradece Emma por ter mudado sua visão sobre o amor: “*Mas, meu amor, você já me salvou. Você me salvou de um mundo estabelecido sobre preconceitos e morais absurdas, para me ajudar a me realizar plenamente.*”⁴¹. Dessa forma, ao desenvolver sua identidade *ipse*, Clémentine ouve sua originalidade, aspecto das (c) políticas de reconhecimento, e essa dita “plena realização” seria a vivência plena e desenvolvimento da identidade, assumindo seu amor e sua prática. Nessa seara, Emma, como ente querida, foi essencial para construção da originalidade de Clémentine, sendo a responsável por sua “jornada de heroína” de transição do *idem* para *ipse*.

Em seguida, há o terceiro momento, essencial para compreensão da personagem e formação de sua identidade: quando seus pais descobrem seu relacionamento amoroso secreto e a expulsam de casa⁴². O aspecto de (a) direito subjetivo presente é claro na dicotomia de valores entre os pais (antagonistas) e Clémentine (protagonista) - a menina busca somente o direito de se expressar, construir sua identidade e se relacionar com quem quiser; o que para os pais é um absurdo tamanho que não a consideram mais filha no momento em que ela admite seu posicionamento. A hierarquia natural desse relacionamento aproxima os genitores do direito objetivo (nesse caso, direito moral enrijecido e imposto pelos antagonistas), negando à personagem individualismo, originalidade e seu direito à liberdade de identidade. Nesse ponto, Clém apresenta o *individualismo conquistador* na medida em que opta por sua identidade *ipse* em detrimento do papel *idem* que queriam que ela desempenhasse.

Quanto à análise sob a lente (b) do imaginário social, a prática comum e esperada pelos pais de Clém era a heteronormatividade, sendo bem claro o repertório de atitudes que o casal considerava aceitável bem como discriminações claras que tinham em relação aos LGBTQIA+,

⁴⁰MAROH, 2013, p. 103.

⁴¹MAROH, 2013, p. 155.

⁴²MAROH, 2013, p. 130-132.

como quando começam a criticar a parada gay francesa e a classificam como “idiotice” e “circo”⁴³. Assim, a percepção do ordenamento moral desses antagonistas é bem determinada por pequenos momentos como esse citado - sendo interessante ainda salientar a mudança de um deles. Após o final trágico da história, surge uma moderna percepção do ordenamento moral para a mãe de Clém; com a morte da filha, ela busca melhor compreender e aceitar Clémentine e sua companheira⁴⁴.

Além disso, a relação da protagonista com os pais é essencial para composição de sua identidade, sendo eles entes queridos, segundo análise das (c) políticas de reconhecimento. É importante salientar a relação dialética de composição da originalidade; neste caso, Clémentine precisa lidar com sua auto descoberta lutando contra expectativas que seus progenitores nutriam por ela. Seus pais não somente não a reconheceram, como a negaram, expulsando-a de sua casa e cortando laços com a família, visto que as falas do pai foram “Se você for com ela, você não é mais minha filha”⁴⁵. O dano gerado por esse não reconhecimento fica claro nas falas da personagem, que admite que após esse acontecimento, “seu espírito raramente está em paz”⁴⁶.

Apresentado o aspecto mais sensível e objetivo da vivência LGBTQIA+, quanto à percepção do ordenamento moral, há em seguida a análise da decisão do STF, com o estudo de aspectos jurídico-normativos da vivência plena dessa comunidade.

⁴³MAROH, 2013, p. 73-74.

⁴⁴MAROH, 2013, p. 16-17; 29-30.

⁴⁵MAROH, 2013, p. 134.

⁴⁶MAROH, 2013, p. 134.

III. MEDIDA CAUTELAR NA SUSPENSÃO DE LIMINAR Nº 1.248 DO RJ

Primeiramente, é necessário explicar o contexto brasileiro quanto à direitos conquistados pela comunidade LGBTQIA+: o país é reconhecido na América Latina e no mundo como amigável com minorias sexuais, possuindo marcos que são considerados conquistas e progressos aos LGBTQIA+, como personagens homossexuais em telenovelas, cultura travesti e transgênero presente na sociedade há anos (Roberta Close, uma mulher trans, reconhecida como mulher mais bonita do Brasil em 1989), o Carnaval do Rio de Janeiro (marco cultural famoso no qual dentre várias fantasias, homens podem se travestir sem serem ridicularizados), a Parada do Orgulho LGBT de São Paulo, reconhecida como a maior do mundo pelo Livro de Recordes Mundiais do Guinness⁴⁷.

No entanto, esse mesmo país que aparenta ser amigável à essa comunidade não reconhece direitos e proteções aos LGBTQIA+. Desde a Constituição Federal de 1988, não houve nenhum avanço legislativo por direitos - as conquistas desta comunidade foram atingidas por meio de ativismo do Judiciário⁴⁸. Diversos juízes do Supremo Tribunal Federal (STF), uma das principais cortes responsáveis pela aquisição de direitos LGBTQIA+, como possibilidade de adoção para casais homoafetivos e tratamento legal igualitário para uniões estáveis ou casamentos homo e heteroafetivos, declararam que suas decisões eram compatíveis com a realidade, que o Congresso estava demorando a reconhecer, e que essas “lacunas” do direito quanto a LGBTs contribuía para o preconceito e práticas violentas sofridas por essa comunidade⁴⁹.

Diante desse contexto, a Medida Cautelar na Suspensão de Liminar nº 1.248 do Rio de Janeiro reforça como o judiciário garante direitos a essa comunidade e demonstra mais preocupação e mesmo simpatia às suas causas que os demais poderes. Essa Medida foi decidida pelo STF (mais especificamente, pelo Ministro Dias Toffoli) declarando a suspensão de uma liminar do Tribunal de Justiça do RJ (TJRJ), que foi concedida no Mandado de Segurança nº 0056881-31.2019.8.19.0000. O caso é sobre uma revista de história em quadrinhos de super-heróis (cujo título era “Vingadores, A Cruzada das Crianças”) que possuía, em uma cena, um beijo gay entre dois personagens masculinos, conforme imagem abaixo.

⁴⁷ENCARNACIÓN, 2016, p. 3.

⁴⁸ENCARNACIÓN, 2016, p. 39-40.

⁴⁹ENCARNACIÓN, 2016, p. 41.

Cena do beijo gay presente na história em quadrinhos “Vingadores, A Cruzada das Crianças”



Reprodução. Disponível em <https://comunidadeNERD.com.br/colunas/fora_do_ar_mario/2019/10/9920544-wiccano-e-hulkling--conheca-o-casal-gay-da-hq-censurada-na-bienal-do-rio.html>. Acesso em 06 de novembro de 2020.

Essa obra era comercializada na Bienal do RJ de 2019 e o Prefeito do RJ, junto com o Secretário Municipal de Ordem Pública, notificaram a busca e apreensão das obras que tratassem do tema “homotransexualismo”⁵⁰ de forma desavisada para o público juvenil, conforme se segue:

(...) Nesse sentido, serve esta para notificar a entidade responsável por essa BIENAL DO LIVRO que, na forma da legislação federal e municipal, deverão ser recolhidas as obras que tratem do tema do homotransexualismo de maneira desavisada para o público jovem e infantil, ou seja, QUE NÃO ESTEJAM SENDO COMERCIALIZADAS EM EMBALAGEM LACRADA, COM ADVERTÊNCIA DE SEU CONTEÚDO, sob pena de apreensão dos livros e cassação de licença para a feira e demais que sejam cabíveis⁵¹

(TJRJ apud STF, 2019, p. 2)

Após notificada a busca e apreensão por liminar ao Mandado de Segurança, foi ajuizado pela Procuradoria Geral da República (PGR) contra o Prefeito e o Secretário uma suspensão de

⁵⁰ Ressalta-se, quanto a este termo utilizado na decisão, que o sufixo “ismo” carrega em si um significado de condição patológica e, portanto, costuma ser evitado dentro da comunidade LGBTQIA+ por relacionar a sexualidade com doença. Dessa forma, ele foi utilizado neste estudo por ter sido este o termo utilizado na decisão.

⁵¹ STF. Medida Cautelar na Suspensão de Liminar 1.248 Rio de Janeiro. Relator Ministro Presidente Dias Toffoli. Julgamento em 08 de setembro de 2019. Portal STF. Disponível em: <<http://portal.stf.jus.br/processos/downloadPeca.asp?id=15341063935&ext=.pdf>>. Acesso em 28 de agosto de 2020, p. 2.

liminar, com medida cautelar, visando a não realização da busca e apreensão, por “*ferir frontalmente a igualdade, a liberdade de expressão artística e o direito à informação*”⁵². A PGR defende que

o ato da Prefeitura do Município do Rio de Janeiro discrimina frontalmente pessoas por sua orientação sexual e identidade de gênero, ao determinar o uso de embalagem lacrada somente para obras que tratem do tema do homotransexualismo⁵³.

(PGR apud STF, 2019, p. 2 e 3)

Houve ainda outra decisão no mesmo sentido, deferida pelo Ministro Gilmar Mendes, em uma reclamação (Rcl nº 36.742) dos organizadores da Bienal⁵⁴.

No caso da decisão em foco nesta análise, a decisão do Ministro Dias Toffoli, o protagonista é o STF, que busca defender a vivência plena da comunidade LGBTQIA+ e seu direito à liberdade de identidade, bem como entende que o homotransexualismo não deve ser censurado, enquanto a decisão proferida pelo TJRJ representa o antagonista, dado seu entendimento que uma cena com dois homens se beijando numa história em quadrinhos é material inadequado e “*potencialmente indutor e possivelmente nocivo à criança e ao adolescente*”⁵⁵.

Primeiramente o Ministro aprecia os argumentos da PGR contra a liminar em questão, com relação aos Princípios de Yogyakarta, sobre proteção internacional dos direitos humanos relativos à orientação sexual e identidade de gênero, e à Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4.275 do STF, acerca do direito à igualdade, que deve incluir a liberdade de identidade e expressão de gênero. Ainda, Dias Toffoli aceita a urgência da PGR em seu pleito, visto que a Bienal se encerraria no mesmo dia da decisão. Ao argumentar seu entendimento sobre a liminar, o Ministro cita seus pontos de fundamentação, sendo os principais os artigos 78 e 79 do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990), conforme se segue:

⁵²STF. Medida Cautelar na Suspensão de Liminar 1.248 Rio de Janeiro. Relator Ministro Presidente Dias Toffoli. Julgamento em 08 de setembro de 2019. Portal STF. Disponível em: <<http://portal.stf.jus.br/processos/downloadPeca.asp?id=15341063935&ext=.pdf>>. Acesso em 28 de agosto de 2020, p. 2.

⁵³STF suspende decisão que permita apreensão de livros na Bienal do RJ. Portal STF. Disponível em <<http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=422875>>. Publicado em 08 de setembro de 2019. Acesso em 13 de outubro de 2020.

⁵⁴STF barra censura de livros com temática LGBT na Bienal do Rio. Migalhas. Disponível em <<https://migalhas.uol.com.br/quentes/310517/stf-barra-censura-de-livros-com-tematica-lgbt-na-bienal-do-rio>>. Publicado em 08 de setembro de 2019. Acesso em 13 de outubro de 2020.

⁵⁵STF. Medida Cautelar na Suspensão de Liminar 1.248 Rio de Janeiro. Relator Ministro Presidente Dias Toffoli. Julgamento em 08 de setembro de 2019. Portal STF. Disponível em: <<http://portal.stf.jus.br/processos/downloadPeca.asp?id=15341063935&ext=.pdf>>. Acesso em 28 de agosto de 2020, p. 5.

Art. 78. As revistas e publicações contendo material impróprio ou inadequado a crianças e adolescentes deverão ser comercializadas em embalagem lacrada, com a advertência de seu conteúdo.

Parágrafo único. As editoras cuidarão para que as capas que contenham mensagens pornográficas ou obscenas sejam protegidas com embalagem opaca.

Art. 79. As revistas e publicações destinadas ao público infanto-juvenil não poderão conter ilustrações, fotografias, legendas, crônicas ou anúncios de bebidas alcoólicas, tabaco, armas e munições, e deverão respeitar os valores éticos e sociais da pessoa e da família.

(BRASIL, 1990)

No entanto, salienta o Ministro que as histórias em quadrinho não possuíam “relação direta ou esperada com matérias atinentes à sexualidade” e entende que o TJRJ, a fim de aplicar os artigos acima citados para censurar a publicação, interpretou conteúdo homoafetivo presente nesta publicação voltada ao público infanto-juvenil como “comércio de material inadequado, potencialmente indutor e possivelmente nocivo à criança e ao adolescente”. Destacou ainda que o artigo 78 acima não foi escrito para ser aplicado a publicações destinadas ao público infanto-juvenil, por isso dispõe “material impróprio ou inadequado”. Além disso, o artigo seguinte, elaborado com o propósito de abranger publicações para essa faixa-etária, apresenta um rol taxativo em sua proibição. Assim, Dias Toffoli afasta a “obrigação qualificada de advertência” para obras que apresentem relacionamentos homoafetivos e ainda defende que

(...) o regime democrático pressupõe um ambiente de livre trânsito de ideias, no qual todos tenham direito a voz. De fato, a democracia somente se firma e progride em um ambiente em que diferentes convicções e visões de mundo possam ser expostas e defendidas e confrontadas umas com as outras, em um debate rico, plural e resolutivo.

(STF, 2019, p. 12)

Quanto à análise da decisão sob as lentes analíticas, primeiramente, o (a) direito subjetivo, entende-se que o STF busca normatizar o direito individual, torná-lo direito objetivo. Enquanto o legislativo (e tampouco o Executivo) não atua em prol dessa comunidade garantindo direitos para sua vivência plena por meio de letra da lei, os LGBTQIA+ lutam pela positivação de seus direitos nas cortes brasileiras. No entanto, por mais que tenham decisões favoráveis, o imaginário social em nada progrediu, sendo essas decisões um motivo para aumentar o

engajamento na luta contra o homotransexualismo⁵⁶. A resistência brasileira contra a LGBTfobia optou por garantir seus direitos por meio da punição penal contra aqueles que atentarem contra a vivência plena - todavia, essa escolha gera um movimento de resistência social à essa luta por direitos⁵⁷.

Já em relação ao (b) imaginário social, há ainda um grande preconceito moral na compreensão antecedente, com um amplo repertório de atitudes contra LGTQIA+, como essa decisão do TJRJ, a busca e apreensão solicitada pelo Prefeito do RJ, líderes religiosos como Silas Malafaia que dizem atrocidades em entrevistas, como “ninguém nasce gay, homossexualidade é um comportamento” e “eu amo homossexuais como amo criminosos e assassinos”⁵⁸. O mapa social brasileiro é muito claro quanto ao público LGTQIA+: a resistência é clara, a aceitação e a vivência plena são distantes da realidade atual. No entanto, decisões como a dos Ministros Dias Toffoli e Gilmar Mendes dão esperanças de que com o direito jurídico progredindo para garantir direitos LGTQIA+, a percepção moral se adequará. Conforme disposto por Toffoli:

No caso, a decisão cuja suspensão se pretende, ao estabelecer que o conteúdo homoafetivo em publicações infanto-juvenis exigiria a prévia indicação de seu teor, findou por assimilar as relações homoafetivas a conteúdo impróprio ou inadequado à infância e juventude, ferindo, a um só tempo, a estrita legalidade e o princípio da igualdade, uma vez que somente àquela específica forma de relação impôs a necessidade de advertência, em disposição que - sob pretensa proteção da criança e do adolescente - se pôs na armadilha sutil da distinção entre proteção e preconceito
(STF, 2019, p. 7)

Sobre as (c) políticas de reconhecimento, a demanda da comunidade LGTQIA+, assumida pelo STF no protagonismo de sua decisão na suspensão de liminar, é clara dada a questão de reconhecimento presente na sentença. Dias Toffoli faz referência a uma decisão de maio de 2011, que versava acerca do direito à união civil para casais homoafetivos, e destaca a ementa do Ministro Ayres Britto e sua colocação sobre o art. 3º, inciso IV, da CF/88, que veda qualquer tipo de discriminação em virtude de sexo, raça, cor e preferência sexual. Destaca-se, nessa ementa, que

Reconhecimento do direito à preferência sexual como direta emanção do princípio da ‘dignidade da pessoa humana’: direito a auto-estima no mais elevado ponto da consciência do indivíduo. Direito à busca da felicidade. Salto normativo da proibição do preconceito para a proclamação do direito à liberdade sexual.
(STF, 2019, p. 9)

⁵⁶ENCARNACIÓN, 2016, p. 45.

⁵⁷ENCARNACIÓN, 2016, p. 46.

⁵⁸ENCARNACIÓN, 2016, p. 11.

Fica claro neste trecho o entendimento de que o reconhecimento tem afetação direta na auto-estima, que faz parte da dignidade da pessoa humana, direito e princípio protegidos pela Constituição Federal de 1988. Conforme defendido por Charles Taylor, o não reconhecimento não é meramente uma cortesia, mas sim necessidade humana vital.

O direito à vivência plena e liberdade de identidade portanto não podem ser garantidos somente pelo direito objetivo-normativo - a aceitação da percepção moral é necessária e vital para o desenvolvimento de pessoas LGBTQIA+ como um todo. A tensão entre protagonista (STF) e antagonista (TJRJ) está presente no âmbito legal, mas a mesma contenta perpassa o direito moral cotidiano, como retratado pela história em quadrinhos. Por mais que direitos da comunidade LGBTQIA+ seja propriamente normatizados, não estão garantidos, visto que a sociedade como um todo não os respeita - este trabalho apresenta a história de Clémentine, mas no cotidiano brasileiro há inúmeros outros exemplos. Apesar de o ordenamento brasileiro defender a igualdade, direito à vida e privacidade em sua constituição - respectivamente, caput do artigo 5º da Constituição Federal de 1988 e inciso X do mesmo artigo -, a letra da lei somente não é suficiente para garantir esses direitos - inumeráveis são as vidas ceifadas ou que sofrem por sua identidade sexual. Em 2019, segundo Grupo Gay da Bahia, organização ativista que luta por direitos LGBTQIA+ mais antiga do país ainda em atividade⁵⁹, ocorria uma morte a cada 26h⁶⁰. Os dados coletados e publicados pelo Grupo foram baseados em informações publicadas por veículos de comunicação, registros policiais e parentes de vítimas, destacando-se ainda que muitas mortes causadas por LGBTfobia são subnotificadas e o estudo declarou margem de erro de 5 a 10%. Além disso, relatores da ONU no mesmo ano declararam que jovens LGBTI correm mais risco de viver em situação de rua, devido a discriminação dentro do ambiente familiar e escolar⁶¹. A própria família é responsável por inúmeras agressões, conforme constatado pelos dados acima e pela história em quadrinhos, que representa milhares de adolescentes em situação de rua ou que foram de alguma forma rechaçados pela família por sua identidade. Identidade esta que muitas vezes sequer foi de fato desenvolvida sem os danos

⁵⁹ENCARNACIÓN, 2016, p. 8.

⁶⁰Brasil registra 329 mortes de pessoas LGBT+ em 2019, uma a cada 26h. Disponível em <<https://www.uol.com.br/universa/noticias/redacao/2020/04/23/brasil-registra-329-mortes-de-lgbt-em-2019-diz-pesquisa.htm>>. Publicada em 23 de abril de 2020. Acesso em 07 de setembro de 2020.

SOUSA, V. ARCOVERDE, L. Brasil registra uma morte por homofobia a cada 23 horas, aponta entidade LGBT. Disponível em <<https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2019/05/17/brasil-registra-uma-morte-por-homofobia-a-cada-23-horas-aponta-entidade-lgbt.ghml>>. Publicada em 17 maio de 2020. Acesso em 07 de setembro de 2020.

⁶¹Discriminação aumenta risco de jovens LGBTI irem morar na rua, dizem relatores. Disponível em <<https://nacoesunidas.org/discriminacao-aumenta-risco-de-jovens-lgbti-irem-morar-na-rua-dizem-re relatores/>>. Publicado em 13 de agosto de 2019. Acesso em 07 de setembro de 2020.

apresentados por Charles Taylor, dada a influência que os entes queridos exercem nesse processo.

CONCLUSÃO

Conforme apresentado no início da obra, a intenção desse trabalho é analisar *Azul é a cor mais quente* e a decisão do STF quanto à polêmica da censura ao beijo gay da Bienal de 2019 para examinar a dinâmica de protagonistas e antagonistas desempenhadas por agentes diferentes no que concerne ao direito de identidade e vivência plena da comunidade LGBTQIA+. O objetivo, portanto, do presente trabalho é compreender a relação de construção mútua entre percepção social e normatização jurídica quanto à luta por vivência plena da sexualidade, dois aspectos apresentados em constante desacordo porém tão relacionados entre si.

Primeiramente, *Azul é a cor mais quente* apresenta de maneira sensível e objetiva como a demanda por uma vivência plena por parte da comunidade LGBTQIA+ vai além da luta por direitos formais. A aceitação precisa vir do indivíduo, bem como de seus entes queridos e da sociedade, além do direito objetivo - dado que sua ausência pode gerar grandes danos no desenvolvimento identitário dessa minoria. É necessária uma nova percepção do ordenamento moral, como representada pela mãe da protagonista - comportamento esse que pode surgir da aceitação legal. Além disso, importante entender também como a protagonista consegue ser sua própria antagonista por vezes, culpando a si mesma, e o dano causado por essa não-aceitação. A autora usa composições artísticas, além das falas de cada personagem, para apresentar ao leitor o sofrimento de Emma e Clémentine nessa busca por vivência plena e aceitação, sendo esta não somente um luxo, mas sim uma necessidade vital para o pleno desenvolvimento identitário, segundo Charles Taylor.

Já quanto à decisão do STF, há uma apreciação objetiva dos argumentos levantados pelo TJRJ a favor da censura ao beijo gay. O Ministro Dias Toffoli, em sua decisão monocrática, alega que a argumentação da PGR, bem como decisões passadas do STF, são a favor da suspensão de tal liminar, e como o tribunal inferior confundiu proteção com preconceito. Ademais, direitos LGBTQIA+ foram conquistados pelo Judiciário, conforme apresentou estudo de Encarnación (2016), sendo que o Executivo e Legislativo se mostraram contra a disposição de tais direitos por meios legais.

Dessa forma, por meio da análise das obras mencionadas, o resultado é de uma necessidade de compreensão quanto à vivência plena LGBTQIA+ pela sociedade, não somente o Judiciário. Enquanto não houver a aceitação social, a normatização jurídica de direitos para essa comunidade por si só não garante o respeito a esses direitos. Diante de um cenário político-social tão hostil a direitos LGBTQIA+, por parte do Legislativo e Executivo, a positivação

dessa vivência plena está sendo construída por meio de garantia de punição a quem não aceitá-los, com o apoio do Judiciário, principalmente do STF. No entanto, essa estratégia não basta para superar os conflitos apreciados nas produções estudadas. Enquanto ainda houver essa cisão entre percepção social e normatização jurídica, ainda haverá Clémentines e pessoas que sejam protagonistas e antagonistas de suas vivências plenas dentro da comunidade LGBTQIA+. Por isso, importa discutir essa dinâmica: o presente trabalho busca contribuir para construir esse debate.

REFERÊNCIAS

- BOOTH, Wayne et alli. A arte da pesquisa. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- Brasil registra 329 mortes de pessoas LGBTQ+ em 2019, uma a cada 26h. Disponível em <<https://www.uol.com.br/universa/noticias/redacao/2020/04/23/brasil-registra-329-mortes-de-lgbt-em-2019-diz-pesquisa.htm>>. Publicada em 23 de abril de 2020. Acesso em 07 de setembro de 2020.
- DIMOULIS, Dimitri. & LUNARDI, Soraya Regina Gasparetto. A decisão do STF sobre a união de pessoas do mesmo sexo. Em: Robério Nunes dos Anjos Filho. (Org.). STF e direitos fundamentais. 1ed. Salvador: Juspodivm, 2013, p. 139-154.
- Discriminação aumenta risco de jovens LGBTQI irem morar na rua, dizem relatores. Disponível em <<https://nacoesunidas.org/discriminacao-aumenta-risco-de-jovens-lgbti-irem-morar-na-rua-dizem-relores/>>. Publicado em 13 de agosto de 2019. Acesso em 07 de setembro de 2020.
- ENCARNACIÓN, Omar G. Out in the Periphery: Latin America's Gay Rights Revolution. Oxford Scholarship Online, 2016.
- GARCIA, O. R. Z. Prática sexual entre mulheres: identidade ou pluralidade sexual? Disponível em <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/cadernosdepesquisa/article/view/1181>>. Acesso em 05 de novembro de 2020. Publicado em 01 de janeiro de 2003. Acesso em 22 de novembro de 2020.
- G. Steiner, Réelles présences. Les arts du sens, trad. por H. de Pauw, Paris, Gallimard, 1995, p. 27 e p. 117.
- MAROH, Julie. Azul é a cor mais quente. São Paulo: Martins Fontes, 2013.
- MEAD, George Herbert. Mind, Self and Society (Chicago: University of Chicago Press, 1934).

- OST, François. Contar a lei: as fontes do imaginário jurídico. São Paulo: Unisinos, 2018.
- P. Ricoeur, Temps et récit, t. I, Paris, Seuil (Essais), 1983, p. 319 s.
- P. Ricoeur. Soi-même comme un autre, Paris, Seuil, 1990, p. 167 s.
- REGINATO, Andréa Depieri de A. “Uma introdução à pesquisa documental”. In: MACHADO, Máira Rocha (org). Pesquisar empiricamente o direito. São Paulo: Rede de Estudos Empíricos em Direito, 2017. pp. 189-224.
- SOUSA, V. ARCOVERDE, L. Brasil registra uma morte por homofobia a cada 23 horas, aponta entidade LGBT. Disponível em <<https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2019/05/17/brasil-registra-uma-morte-por-homofobia-a-cada-23-horas-aponta-entidade-lgbt.ghtml>>. Publicada em 17 maio de 2020. Acesso em 07 de setembro de 2020.
- STF. Medida Cautelar na Suspensão de Liminar 1.248 Rio de Janeiro. Relator Ministro Presidente Dias Toffoli. Julgamento em 08 de setembro de 2019. Portal STF. Disponível em:
<<http://portal.stf.jus.br/processos/downloadPeca.asp?id=15341063935&ext=.pdf>>. Acesso em 28 de agosto de 2020.
- STF reconhece a transgêneros possibilidade de alteração de registro civil sem mudança de sexo. Disponível em
<<http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=371085>>. Publicado em 01 de março de 2018. Acesso em 05 de novembro de 2020.
- STF. Ação Direta de Inconstitucionalidade: ADI 4275. Relator Marco Aurélio. Julgamento 01/03/2018. Portal STF. Disponível em:
<<http://portal.stf.jus.br/processos/downloadPeca.asp?id=15339649246&ext=.pdf>>. Acesso em 28 de agosto de 2020.
- TAYLOR, Charles. Modern Social Imaginaries. London, Duke University Press, 2004.

- TAYLOR, Charles. The Politics of Recognition in Multiculturalism, examining the politics of recognition. New Jersey, Princeton University Press, 1994.
- WINKLER, M. O que faz um herói?. Publicado em 11 de dezembro de 2012. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=Hhk4N9A0oCA>>. Acesso em 11 de setembro de 2020.